



CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE  
PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO – CRSNSP



237ª Sessão

Recurso nº 7112

Processo Susep nº 15414.100505/2012-21

**RECORRENTE:** AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS

**RECORRIDA:** SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP

**EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO.** Auto de Infração com cinco itens. Irresignação quanto à decisão *a quo* referente aos itens 1 e 3 do Auto de Infração. ; Item 1 – não apresentar a nota técnica das provisões de acordo com a legislação em vigor. Item 3 – preenchimento incorreto do FIP em fevereiro/2012. Infrações materializadas. Recurso conhecido e desprovido.

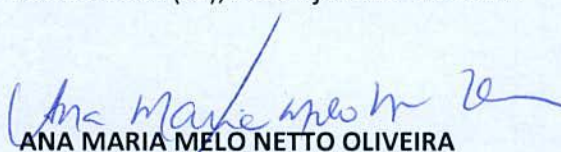
**PENALIDADE ORIGINAL:** Itens 1 e 3 – Multas no valor de R\$ 9.000,00.


**BASE NORMATIVA:** Item 1 – Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66 c/c inciso I do art. 8º da Resolução CNSP nº 162/2006; e Item 3 – Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66 c/c o § único do art. 6º da Circular Susep nº 364/2008.

**ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 6117/17.** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, nos termos do voto do Relator, (i) negar provimento ao recurso da American Life Companhia de Seguros quanto ao item 1 da Representação, vencido o Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva que votou pelo provimento do citado item; e (ii) por unanimidade, negar provimento ao item 3 da Representação. Presente o advogado, Dr. Guilherme Panisset Barreto Bernardes, que sustentou oralmente em favor da recorrente, intervindo, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, o Senhor Representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. José Eduardo de Araújo Duarte.

Participaram do julgamento os Conselheiros Ana Maria Melo Netto Oliveira, Thompson da Gama Moret Santos, Washington Luis Bezerra da Silva e Dorival Alves de Sousa. Declaração de impedimento do Conselheiro André Leal Faoro. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido. Presentes o Senhor Representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. José Eduardo de Araújo Duarte, e a Secretária Executiva Adjunta, Senhora Theresa Christina Cunha Martins.

Sala das Sessões (RJ), 26 de janeiro de 2017.

  
ANA MARIA MELO NETTO OLIVEIRA  
Presidente

  
THOMPSON DA GAMA MORET SANTOS  
Relator





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS,**  
**DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO**

**Recurso nº 7112**  
**Processo SUSEP nº 15414.100505/2012-21**

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

**Recorrente:** AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS  
**Recorrido:** Superintendência de Seguros Privados – SUSEP  
**Interessado:** CGFIS/COSU1/DISP1

**EMENTA:** Auto de Infração com 5 (cinco) itens, com recurso somente em relação a 2 (dois) itens. Sociedade de capitalização. **ITEM 1** – não apresentar a nota técnica das provisões de acordo com a legislação em vigor. **ITEM 3** – Preenchimento incorreto do FIP em fevereiro/2012. Infrações materializadas. Recurso conhecido e desprovido.

**VOTO**

**237ª SESSÃO DO CRSNSP**

1. Por ser tempestivo (fls. 622 e 626) e por atender as formalidades (fls. 493 e 633) que dele se exigem, **conheço** do Recurso.
2. Compulsando os autos do presente processo, observei que a Recorrente apresentou (fl. 628) recurso somente em relação aos itens 1 e 3 do auto de infração.
3. No mérito, compulsando os autos do presente processo, me reporto aos termos do PARECER SUSEP/DIFIS/CGJUL/COAIP/Nº 1072/14 (fls. 602-606). Segundo os aludidos termos, e considerando também os documentos juntados ao processo em epígrafe, restaram comprovadas as infrações apuradas nos itens 1 e 3, ora recorridos, vez que descumpridos o disposto no art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66 c/c art. 8º, I, da Resolução CNSP nº 162/2006 (item 1) e no art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66 c/c art. 6º, § único, da Circular SUSEP nº 364/2008 (item 3).

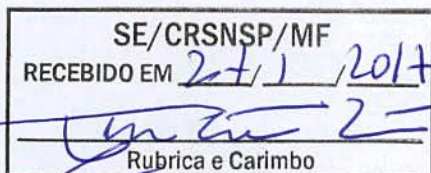




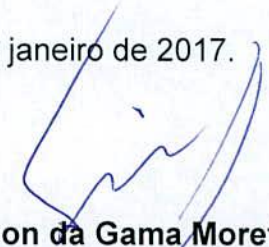
**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS,**  
**DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO**

4. Tais fatos originaram-se da Representação (fls. 1-13), a qual faz referência, para cada item, a não apresentar a nota técnica das provisões de acordo com a legislação em vigor (item 1) e ao preenchimento incorreto do FIP em fevereiro/2012 (item 3).
5. Comungo com a opinião do analista técnico, por entender, relativamente ao item 1, que a Nota Técnica apresentada não atende ao disposto na norma, por não definir uma metodologia específica para a mensuração do PSL, e, relativamente ao item 3, por ter a própria Recorrente reconhecido a aludida infração (fl. 631).
6. Destaco que, de acordo com os expressos termos contidos nos autos do presente processo (fls. 609 e 611), no período examinado, não foram apuradas circunstâncias agravante, atenuante e reincidência.
7. Por todo o exposto, entendo bem tipificada a pena de multa da 1ª instância (fls. 614 e 615) e voto para **negar provimento** ao presente Recurso, mantendo integralmente a condenação corretamente aplicada.
8. É o voto.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2017.



Theresa C. Martins  
Secretaria Executiva / CRS NSP  
Mat. 1179452

  
**Thompson da Gama Moret Santos**  
Conselheiro Relator  
Representante do Ministério da Fazenda





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS,**  
**DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO**

**Recurso nº 7112**  
**Processo SUSEP nº 15414.100505/2012-21**

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

**Recorrente:** AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS  
**Recorrida:** Superintendência de Seguros Privados – SUSEP

**RELATÓRIO**

1. Cuida-se de recurso interposto pela American Life Companhia de Seguros, sociedade seguradora, que combate a decisão proferida pelo chefe da CGJUL (fls. 614 e 615), aplicando-lhe as seguintes sanções:

- i) **Item 1** – pena de multa prevista no art. 5º, II, 'n', da Resolução CNSP nº 60/2001 c/c art. 139, §§ 1º, 2º, e 3º da Resolução CNSP nº 243/2011; Penalidade Original – Multa no valor de R\$ 9.000,00;
- ii) **Item 2** – pena de multa prevista no art. 5º, IV, 'b', da Resolução CNSP nº 60/2001 c/c art. 139, §§ 1º, 2º, e 3º da Resolução CNSP nº 243/2011; Penalidade Original – Multa no valor de R\$ 17.000,00;
- iii) **Item 3** – pena de multa prevista no art. 5º, II, 'f', da Resolução CNSP nº 60/2001 c/c art. 139, §§ 1º, 2º, e 3º da Resolução CNSP nº 243/2011; Penalidade Original – Multa no valor de R\$ 9.000,00;
- iv) **Item 4** – pena de multa prevista no art. 5º, III, 'h', da Resolução CNSP nº 60/2001 c/c art. 139, §§ 1º, 2º, e 3º da Resolução CNSP nº 243/2011; Penalidade Original – Multa no valor de R\$ 13.000,00; e
- v) **Item 5** – pena de multa prevista no art. 5º, III, 'h', da Resolução CNSP nº 60/2001 c/c art. 139, §§ 1º, 2º, e 3º da Resolução CNSP nº 243/2011; Penalidade Original – Multa no valor de R\$ 13.000,00.





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS,**  
**DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO**

2. Tal decisão tem por base o Auto de Infração (fls. 1-13) formulado contra a referida sociedade, ora Recorrente, e também com fundamento no PARECER SUSEP/DIFIS/CGJUL/COAIP/Nº 1072/14 (fls. 602-606), no qual são apontadas as seguintes irregularidades:

**Item 1** – não apresentar a nota técnica das provisões de acordo com a legislação em vigor.

Dispositivo Infringido: art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66 c/c art. 8º, I, da Resolução CNSP nº 162/2006.

**item 2** – constituição inadequada da provisão de sinistros a liquidar em fevereiro/2012.

Dispositivo Infringido: art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66 c/c art. 8º da Resolução CNSP nº 162/2006.

**item 3** – preenchimento incorreto do FIP em fevereiro/2012.

Dispositivo Infringido: art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66 c/c art. 6º, § único, da Circular SUSEP nº 364/2008.

**Itens 4 e 5** – apresentar irregularidade na documentação suporte de lançamentos contábeis.

Dispositivo Infringido: art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66 c/c art. 12 do Anexo I da Circular SUSEP nº 424/2011.

3. Através do aludido parecer, o analista técnico opina (fl. 605) pela subsistência do auto de infração, vez que, relativamente:

- a) ao item 1, a Nota Técnica apresentada não atende ao disposto na norma, por não definir uma metodologia específica para a mensuração do PSL;
- b) aos itens 2, 3, e 5, a sociedade reconheceu as infrações apontadas; e
- c) ao item 5, mesmo tendo sido extintas as ações judiciais amostrais, as mesmas ainda estavam contabilizadas na conta Transferências Judiciais no período fiscalizado (29/02/2012).

4. Notificada do seu direito de interpor recurso em 27/07/2015 (fl. 622), contra ela se insurge a Recorrente em 26/08/2015 (fls. 626-633), somente em relação aos itens 1 e 3 (fl. 628).



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS,**  
**DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO**

5. Quanto ao item 1, alega (fl. 629) ter apresentado a nota técnica atuarial, o que deveria comprovar a ausência de infração.
6. Quanto ao item 3, alega (fl. 631) que a administração não logrou êxito em demonstrar o risco e/ou o comprometimento que o equívoco levado a termo pela American Life gerou para terceiros, bem como não restou comprovado o dolo e/ou a atuação pré-ordenada da American Life no sentido de encaminhar o FIP/SUSEP com incorreções.
7. Requer, ao final, a insubsistência dos aludidos itens.
8. A representação da PGFN neste Conselho (fls. 645-648) expressa juízo positivo de conhecimento e negativo de provimento ao Recurso.
9. É o relatório.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2016.

**Thompson da Gama Moret Santos**  
Conselheiro Relator  
Representante do Ministério da Fazenda

SE/CRSNSP/MF
RECEBIDO EM 05/12/16
<i>Robson K. Souza</i>
Rubrica e Carimbo